

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

REQUERIMENTO Nº de 2011.
(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requeremos a constituição de uma representação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para se reunir com a Comissão de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no Regional Norte 2- Belém, a fim de tomar conhecimento das ameaças de morte que estão sendo feitas à Irmã Maria Henriqueta Cavalcante.

Requeiro, com base no art. 32, VI e VIII “a” do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que seja constituída uma representação da Comissão para que possam ser efetuados contatos com a Comissão de Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no Pará, a fim de tomar conhecimento das ameaças de morte que estão sendo feitas à Irmã Maria Henriqueta Cavalcante.

JUSTIFICATIVA

Irmã Maria Henriqueta Cavalcante é coordenadora da Comisão de Justiça e Paz da CNBB no Regional Norte 2- Pará vem sendo ameaçada de morte desde 2009. Inicialmente as ameaças foram feitas por telefone na sede da CNBB.

A Irmã Henriqueta e membros das pastorais da CNBB desempenharam papel de primordial importância nos procedimentos de denúncia e acompanhamento das investigações de casos de abuso e exploração sexual de menores no Pará. Em 2009 o secretariado e as pastorais sociais da Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil no Regional Norte tornaram pública sua indignação e repúdio em relação às ameaças sofridas pela Irmã.

No dia 9 de março do presente ano, o periódico Carta Capital no artigo do jornalista Rodrigo Martins, intitulado “ Políticas frágeis colocam vidas em risco”, voltou a relatar a situação enfrentada pela Irmã Henriqueta e mais 13 ativistas ameaçados de morte no Pará e com os pedidos de proteção autorizados, mas que ainda não receberam assistência por falta de efetivo policial.

O Sr. Márcio Cruz, defensor público e coordenador regional do programa no Estado no artigo disse que “ Temos apenas sete militantes protegidos no estado. A falta de estrutura nos impede de garantir a segurança de mais gente. A Secretaria de Segurança Pública alega não Ter agentes treinados. É preocupante. Diante dos conflitos que temos no Pará, a tendência é a demanda aumentar”.

Em face da situação emergencial dos defensores de direitos humanos no Estado do Pará, solicito aos pares que aprovem o presente requerimento.

Sala das Comissões,

de março de 2011.

Deputado Arnaldo Jordy

PPS/PA